

LUIZ BRESSER PEREIRA

**LUCRO,
ACUMULAÇÃO
E CRISE**



2.^a
edição

editora brasiliense

Luiz Bresser Pereira

Lucro, acumulação e crise

**A tendência declinante
da taxa de lucro reexaminada**

1ª edição 1986

2ª edição

editora brasiliense

1988

Copyright © Luiz Bresser Pereira

Capa:

Moema Cavalcanti

Revisão:

J. Orzari Filho

Tereza C. Romeiro

ISBN: 85-11-09033-9



editora brasiliense s.a.

rua da consolação, 2697

01416 - são paulo - sp.

fone (011) 280-1222

telex: 11 33271 DBLM BR

Índice

Apresentação	9
Introdução	11
Primeira Parte	
A TENDÊNCIA DECLINANTE DA TAXA DE LUCRO REEXAMINADA	
Capítulo I	
A lei da taxa declinante de lucro	25
Capítulo II	
Composição orgânica do capital e salários	36
Capítulo III	
Os tipos de progresso técnico	43
Capítulo IV	
Progresso técnico e o teorema de Okishio	64
Segunda Parte	
AS CONTRATENDÊNCIAS	
Capítulo V	
As contratendências e o imperialismo	83
Capítulo VI	
Oligopolização e taxa de lucro	89
Capítulo VII	
A tendência à estatização	97
Terceira Parte	
DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: O PROCESSO HISTÓRICO	
Capítulo VIII	
Uma teoria de longo prazo dos salários	115

Capítulo IX	
Modelo de desenvolvimento capitalista	132
Capítulo X	
Etapas de desenvolvimento capitalista	140
Capítulo XI	
Acumulação e capitalismo rentista	171
Quarte Parte	
CICLOS E CRISES	
Capítulo XII	
Ondas longas e ciclos econômicos	183
Capítulo XIII	
Acumulação e ciclo no capitalismo tecnoburocrá- tico	224
Resumo e conclusão	247
Apêndice	257
Obras citadas	267
Índice onomástico e remissivo	275

ÍNDICE DE QUADROS

I — Evolução da renda por habitante nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	260
II — Evolução da produtividade na indústria nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	260
III — Evolução da relação capital-trabalho nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	261
IV — Evolução dos salários reais nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	261
V — Evolução da composição orgânica do capital nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	262
VI — Evolução da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia e da taxa de lucros nos Estados Unidos	263
VII — Evolução da relação lucros sobre salários nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	262
VIII — Evolução da relação produto-capital nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	264
IX — Proporção dos ordenados em relação à renda interna líquida na Grã-Bretanha	264
X — Salários e custo de vida na França	265
XI — Salários na Inglaterra desde 1275	265
XII — Distribuição da renda na Inglaterra desde 1870 .	266

ÍNDICE DE GRÁFICOS

I — Taxa de lucro e relação produto-capital	31
II — Reta de lucro-salário	59
III — Três tipos de progresso técnico	60
IV — Outros três tipos de progresso técnico	61
V — Taxa de salários, progresso técnico e taxa de lucro	67
VI — Taxas de salários e custo de reprodução da força de trabalho	126
VII — As principais tendências	144

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

I — Exemplos de progresso técnico	57
II — Taxa de lucro e setores produtivos	101

Figuras

I — Modelo de desenvolvimento capitalista	134
---	-----

Apresentação

Esta é a versão final de um trabalho iniciado em 1970. A primeira versão era um pequeno ensaio onde havia uma intuição básica e uma série de imprecisões teóricas. Mantive essa versão guardada na gaveta. Em 1976 retomei o assunto, procurando estudá-lo mais sistematicamente. A contribuição de Yoshiaki Nakano, com quem estudei e discuti amplamente os temas aqui tratados, foi então fundamental. Iniciei também o levantamento de dados empíricos, alguns dos quais aparecem nas notas de rodapé e nos quadros em apêndice.

A segunda versão deste texto foi terminada no início de 1978 e discutida com meus colegas economistas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do Rio de Janeiro (EPGE) e do CEBRAP em três seminários. Saliento, então, as contribuições de Paul Singer, José Arthur Giannotti, Robert Cajado Nicol, Guido Mantega e Raul Eckerman, além de Yoshiaki Nakano. Em função destes debates reformulei e ampliei este trabalho entre outubro de 1978 e abril de 1979.

Não estava, entretanto, ainda satisfatório, de forma que continuei a estudar os problemas, aprofundando agora especialmente a parte referente aos ciclos econômicos. No último semestre de 1982 e no primeiro de 1983 escrevi a versão final, que em seguida entrou em processo de datilografia. Nessa época Pérsio Arida leu cuidadosamente o texto e fez uma série de sugestões.

Em dezembro de 1984 apresentei este trabalho como tese de Livre Docência na área de Teoria do Desenvolvimento Econômico da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Embora já fosse professor titular da Fundação Getúlio Vargas, pareceu-me importante contar com este último fórum antes de publicar o livro. Foram membros da banca Paul Singer, Carlos Estevão Martins, Heinrich Rattner, Jorge Miglioli e Juarez Brandão Lopes. Durante o ano de 1985 e início de 1986 incorporei algumas sugestões dos membros da banca especialmente no Capítulo 10, escrevi o Sumário e Conclusão, e, com a ajuda inestimável de Fernando Maida Dall'Acqua, procedi a revisão final do texto. Devo-lhe, então, uma série de contribuições pontuais que ajudaram a tornar o livro mais claro e preciso.

Para elaboração deste livro contei com o apoio do Núcleo de Publicações e Pesquisas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho de datilografia foi realizado com notável competência por Maria Christina Dias Bandeira; o índice remissivo, por Edison de Freitas Filho e José Márcio Rego.

Agradeço a todos os que colaboraram para a realização deste livro. Entre eles não posso deixar de mencionar minha mulher Vera Cecília e meus filhos, dos quais roubei muitas horas de companhia e lazer. Contei sempre, porém, com o apoio de cada um deles.

Algumas pessoas ficaram surpresas por eu ter escolhido um tema teórico tão afastado dos problemas concretos e atuais do Brasil e da América Latina, como a teoria da tendência declinante da taxa de lucro, utilizada como base da análise do processo de acumulação a longo prazo e de crise nos países centrais. Só posso responder a elas que já passou o tempo em que os economistas brasileiros deviam limitar-se a análises dos problemas locais. Minha esperança é a de que as idéias aqui desenvolvidas sejam úteis para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento capitalista, da qual grande parte do mundo hoje participa, inclusive o Brasil.

Introdução

A compreensão do processo de acumulação de capital em uma perspectiva de longo prazo do sistema capitalista exige que estudemos o comportamento de algumas variáveis ou relações básicas, como a taxa de lucro, a taxa de salários, a forma de distribuição da renda, o progresso técnico, a produtividade do capital e a produtividade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho, ou simplesmente da produtividade, corresponde aproximadamente ao aumento da produção por habitante. No contexto deste trabalho pode ser considerada a medida básica do desenvolvimento do sistema do capitalista, ou seja, do processo de reprodução ampliada do capital. Este aumento da produtividade depende, fundamentalmente, da taxa de acumulação de capital e do ritmo de progresso técnico. A acumulação de capital, por sua vez, depende, a longo prazo, da taxa de mais-valia e portanto da relação entre lucros e salários, e, a curto prazo, da taxa de lucro esperada pelos capitalistas.

A taxa de lucro, constitui-se, portanto, em uma variável estratégica dentro do sistema capitalista. Para ensaiarmos um modelo de desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista, devemos nos concentrar sobre o estudo dessa taxa e de suas tendências. Marx, como antes Smith e Ricardo, previu o declínio a longo prazo da taxa de lucro. Veremos neste trabalho que esse declínio provavelmente está ocorrendo, mas em

um prazo mais longo do que aquele implícito nas análises de Marx e por razões em parte diversas. O sistema capitalista tem revelado uma capacidade de sobreviver e de se adaptar que desafia seus críticos. Através da história ele tem passado por profundas transformações, sem perder, todavia, seu dinamismo. Sua capacidade de resistência foi muitas vezes subestimada, o que levou os críticos a muitos erros de análise não apenas econômica mas também política. No último quartel do século XX o capitalismo é ainda o modo de produção dominante nas formações sociais dos países centrais, embora as manifestações de um novo modo de produção sejam cada vez mais claras.

O modo de produção capitalista começa a tornar-se dominante nas formações sociais européias com a Revolução Comercial e o período da manufatura, através da acumulação primitiva. Assume plenamente suas características com a Revolução Industrial, que completa o que chamaremos de Revolução Capitalista. Em seguida temos a fase do Capitalismo Competitivo, com a generalização da mercadoria, o trabalho assalariado e a realização da mais-valia no mercado. É o momento do *laissez-faire* e do Estado Liberal. No fim do século XIX a segunda Revolução Industrial será o marco da emergência do Capitalismo Oligopolista e em seguida do Estado Regular. Na segunda metade deste século, a emergência de uma nova classe social e o crescimento das grandes organizações burocráticas públicas e privadas marcam o início do Capitalismo Oligopolista de Estado ou Capitalismo Tecnoburocrático, em que o papel do Estado e das grandes organizações burocráticas torna-se dominante.

Através destas quatro fases do desenvolvimento capitalista — Revolução Capitalista, Capitalismo Competitivo, Capitalismo Oligopolista e Capitalismo Tecnoburocrático —, o sistema renova-se sem perder suas características básicas. Desde a Revolução Comercial definem-se duas dessas características — o objetivo do lucro e a acumulação do capital, como meio principal de alcançar esse objetivo —, as quais, enquanto persistirem, permitirão que afirmemos a existência e permanência de um sistema capitalista. A Primeira Revolução Industrial acrescenta um outro meio básico de alcançar o lucro, além da acumulação de capital — o desenvolvimento tecnológico com o decorrente aumento da produtividade, que

se transforma em condição de sobrevivência das empresas capitalistas. A segunda Revolução Industrial, marcada pela eletricidade, o motor a explosão e a linha de montagem, caracteriza-se fundamentalmente por dar ao sistema capitalista o caráter monopolístico, com o domínio da economia por um número reduzido de empresas gigantes, controladas pelo capital financeiro e produzindo em massa produtos padronizados. O capitalismo, além de adotar como objetivo o lucro e de definir como meios básicos a acumulação de capital e o aumento de produtividade, ganhava uma quarta característica, que era ao mesmo tempo meio de objetivo final — o crescimento, a concentração de capital e de poder, através de grandes empresas monopolísticas ou oligopolísticas. Nos dias atuais, vem ocorrendo uma silenciosa Revolução Tecnoburocrática, através do crescimento do Estado, da burocratização das empresas e da aceleração do processo de desenvolvimento tecnológico, especialmente ao nível da indústria eletrônica. O desenvolvimento de computadores e de sistemas de informação e de administração cada vez mais avançados facilitam a burocratização de uma sociedade cada vez mais estatizada.

O que importa aqui constatar é o fato que o sistema capitalista, embora passando por profundas transformações, conserva seu dinamismo. Os países capitalistas desenvolvidos continuam em pleno desenvolvimento. Nos últimos trinta anos inclusive aumentaram fortemente sua taxa de crescimento média, quando comparada com a taxa secular de crescimento anterior à Segunda Guerra Mundial.¹ Podem passar por crises graves, como a depressão dos anos trinta, as duas grandes guerras mundiais e a crise atual, que já dura mais de dez anos; podem continuar sujeitos a recessões cíclicas, mas têm revelado uma permanente capacidade de crescimento. Esse crescimento, porém, não tem sido em absoluto automá-

¹ No período de 1800/1840 a 1929 as taxas de crescimento, na Inglaterra e nos Estados Unidos, são respectivamente de 1,35% e 1,30%. No pós-guerra estas taxas médias crescem respectivamente para 2,9% e 2,8% (ver Quadro I no Apêndice). Segundo os cálculos da CEPAL, as taxas de crescimento da renda por habitante que giravam em torno de 1,5% ao ano no século imediatamente anterior a 1950 (Reino Unido, 1,3% entre 1865 e 1950; França, 1,4% entre 1845 e 1950; Alemanha, 1,5% entre 1865 e 1952; Estados Unidos, 2,0% entre 1865 e 1950), no período 1950-1969 crescem para 3,5% em média (fonte: *Estudo Econômico para América Latina*, 1971, CEPAL, vol. I, Quadro 2).

tico, decorrente do livre jogo das forças no mercado, como queriam os economistas clássicos e neoclássicos. Pelo contrário, tem sido fruto de um contínuo e cada vez mais deliberado e consciente esforço do sistema para se adaptar às novas realidades tecnológicas, econômicas e políticas. A distribuição da renda tem permanecido praticamente a mesma dentro do sistema. Houve, contudo, um ligeiro progresso nesse setor, ao contrário da maior concentração de renda que alguns podiam prever. O sistema de privilégios sociais e de desigualdade de oportunidade poucas modificações importantes sofreu durante muito tempo, mas é indiscutível uma tendência recente no sentido de transformar a educação em um poderoso instrumento de mobilidade social.

Por outro lado, no campo econômico tem crescido enormemente o papel do Estado, seja no campo da assistência e da previdência social, seja no setor de planejamento econômico, que hoje vai se generalizando em todos os países capitalistas, seja através de intervenção direta do Estado na economia, criando grandes empresas públicas, seja finalmente através da realização de imensas despesas militares que permitem à economia dar vazão ao excedente econômico.

Todas essas tendências são manifestações desse grande esforço da adaptação do sistema capitalista. Este, para sobreviver, precisa estar sempre se modificando, fazendo concessões, cedendo aqui para ganhar um pouco mais acolá. E assim desmentir as previsões de seus críticos de que o fim do sistema capitalista está próximo. Seu problema fundamental é o de não deixar baixar a taxa de lucro. Para isto usará todos os recursos, desde aqueles embutidos na própria lógica do sistema, como a aceleração do progresso tecnológico, até aqueles em princípio considerados externos ao sistema, como, de um lado, a política fiscal e monetária keynesiana, as despesas militares, o planejamento econômico e o aumento do setor estatizado da economia, onde podem prevalecer taxas de retorno muito mais baixas, e de outro lado, a oligopolização dos mercados e a exploração imperialista da força de trabalho dos países periféricos, a qual se realiza tanto nos próprios países periféricos, através do comércio internacional e da ação das multinacionais, quanto nos países centrais pela utilização de mão-de-obra de imigrantes temporários.

Neste ensaio tentarei apresentar um modelo econômi-

co que nos permita compreender as coordenadas básicas do desenvolvimento capitalista e entender como esse processo de acumulação e crise conseguiu manter-se vivo e dinâmico até hoje. Trabalharei em um nível de abstração relativamente elevado, de forma a determinar apenas as características centrais de cada momento do processo de desenvolvimento capitalista. Tomarei como local de referência da análise a Inglaterra, onde ocorreu inicialmente a Revolução Industrial. Com alguns ajustamentos, entretanto, a análise pode ser também aplicada a outros países centrais, como os Estados Unidos, a França e mesmo a Alemanha. Nestes dois últimos países, em que ocorre uma revolução industrial tardia, o papel dos bancos de investimento e do Estado é muito mais importante, como demonstrou Gerschenkron.² No nível de generalização da análise, entretanto, estas diferenças não chegam a ser significativas.

Este trabalho parte da lei da tendência declinante da taxa de lucro formulada originalmente por Marx.³ Mais do que isto, este trabalho usa os conceitos e a metodologia de Marx, para analisar os fatos econômicos. Apresenta, portanto, uma visão marxista do processo de desenvolvimento capitalista. Mas não pretende ater-se a qualquer ortodoxia. Nenhum pensador analisou o modo capitalista de produção de forma tão profunda quanto Marx. Adotando o método do materialismo histórico e dialético, Marx fez-nos compreender de forma crítica a estrutura e a dinâmica contraditória do capital. Sua análise vigorosa e complexa lança uma extraordinária luz sobre os processos de criação, reprodução e circulação do capital. Entretanto para muitos suas idéias deixaram de ser mais uma contribuição, entre outras, para a compreensão do mundo em que vivemos, deixaram de se constituir em uma produção intelectual historicamente situada e sujeita a erros e acertos, para se transformar em um mito, em um símbolo de erro ou verdade absoluta, de bem ou de mal. Vencida a carapaça do mito, porém, a importância de Marx para a renovação do pensamento universal assume toda a sua gran-

² A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Praeger, 1965, Nova Iorque.

³ Esta teoria foi exposta por Marx em *O Capital*, Civilização Brasileira, 1974, Rio de Janeiro, Livro III, caps. XIII, XIV e XV.

deza. Cometeu erros como qualquer outro intelectual. Embora tenha sido o descobridor e o grande denunciador do fenômeno da ideologia, esteve ele próprio sempre profundamente comprometido do ponto de vista ideológico. Sua obra foi em alguns pontos superada, seja porque o mundo mudou de forma imprevisível em cem anos, seja porque, em alguns momentos, Marx não podia deixar de ter suas idéias científicas dominadas por seus objetivos políticos. Mas isto não impediu que ele se transformasse no mais significativo cientista social do século XIX. Neste trabalho, vamos partir do esquema analítico por ele concebido para analisar o desenvolvimento do sistema capitalista e suas relações com a taxa de lucro.

Em primeiro lugar, tentarei explicitar o modelo de Marx, discutindo as relações da tendência declinante da taxa de lucro não apenas com as variáveis da qual ela depende diretamente — a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital —, mas também com as variáveis da qual a taxa de lucro depende indiretamente no modelo de Marx: a composição técnica do capital, o progresso técnico e a taxa de salários. Em seguida discutirei as contra-tendências à tendência declinante da taxa de lucro. Além do papel representado pelo progresso técnico poupador de capital, que impede a elevação da composição orgânica do capital, examinarei também de um lado o processo de intervenção do Estado na economia, que tem o mesmo efeito ao excluir da área capitalista as atividades mais utilizadoras de capital constante e menos lucrativas, e de outro lado o imperialismo e a oligopolização, que tendem a transferir renda seja dos países periféricos seja do setor competitivo dos próprios países centrais para seu setor monopolista e dinâmico, onde se concentra o processo de acumulação de capital. Na terceira parte procurarei desenvolver um modelo a longo prazo de desenvolvimento do sistema capitalista, utilizando como elementos descritivos e explicativos as variáveis do modelo marxista. Finalmente, na quarta parte, abandonarei a abordagem de longo prazo e examinarei o caráter cíclico do processo de acumulação capitalista, distinguindo, então, as ondas longas dos ciclos econômicos, culminando com uma análise do processo de acumulação no capitalismo contemporâneo.

2

Antes de iniciarmos a análise, devemos, entretanto, fazer uma ressalva metodológica. Discutiremos o problema do desenvolvimento capitalista, da tendência declinante da taxa de lucro, dos salários, do progresso técnico, e dos ciclos econômicos diretamente em termos de preço e não em termos de valor.

Há diversas razões para isto, a começar pela própria forma de conceituar e medir, progresso técnico, que é um fator essencial em toda a análise. Definimos neste trabalho o progresso técnico como sendo igual ao aumento da produtividade, que, por sua vez, é identificada ao aumento da renda por trabalhador. É claro que a renda por trabalhador pode crescer por outros motivos, especialmente devido a variações nos preços relativos, mas no âmbito da presente análise podemos ignorar esse fato.

O aumento da produtividade a rigor deve ser definido pela diminuição da quantidade de trabalho direto e indireto incorporada em um bem. Deve, portanto, ser entendido como igual à redução do valor do bem e, em consequência, igual à redução de seu preço. Pode também ser definido pelo aumento da quantidade básica de bens produzidos por um trabalhador em um dado número de horas. Estas medidas, entretanto, em termos de valor não permitem agregação. Para agregar, somos obrigados a definir a produtividade como produção ou renda por trabalhador. Ora, para utilizarmos esse conceito, devemos optar pela mensuração das variáveis em termos de preço ao invés de valor-trabalho, já que, em termos de valor, a renda, Y , é diretamente proporcional à quantidade de horas trabalhadas, L . Parece-nos, portanto, mais adequado, quando trabalhamos como agregados macroeconômicos. O problema das variações de valor fica, assim, embutido no comportamento dos preços.⁴

⁴ A utilização do valor-trabalho, quando pensamos em termos agregados econômicos, tende a causar distorções, na medida em que, dadas as relações capital-trabalho diversas e uma taxa de lucro constante entre as empresas e setores industriais, os preços não correspondem diretamente à quantidade de trabalho incorporado. A transformação de valores em preços não resolve o problema. Joan Robinson assinala o fato, mostrando que freqüentemente o emprego do valor-trabalho

É preciso assinalar que não há qualquer violência ao pensamento de Marx quando utilizamos as variáveis em termos de preço e não em termos de valor. Em primeiro lugar não significa que estejamos recusando validade à teoria do valor trabalho. Esta teoria é essencial para que possamos compreender a estrutura do sistema capitalista. As relações de produção capitalistas perdem sentido se não formos capazes de compreendê-las à luz dos conceitos de mercadoria e de valor. Mas isto não significa que seja necessário sempre trabalhar com as variáveis em termos de valor. Se Marx preocupou-se, no Livro III, em desenvolver uma teoria da transformação dos valores em preços, é porque ele sabia que, para o economista, era essencial a variável preço. Para o filósofo, o cientista político, ou o sociólogo, a colocação do problema em termos de valor é suficiente, já que preocupam-se com a trama das relações sociais e com a natureza do modo capitalista de produção. Já para o economista, a situação é diversa. As decisões dos agentes econômicos são feitas em termos de preços e não de valor. É, assim, necessário ir além da operacionalização do conceito valor-trabalho. É preciso transformá-lo em preços.⁵ Verificar como esse preço funciona para regular o funcionamento da atividade econômica, ao mesmo tempo em que é regulado pela noção básica de valor. E utilizar os preços de forma a ultrapassar a análise microeconômica e realizar também a análise macroeconômica.

não é operacional. Quando os preços não correspondem exatamente aos valores, é o cálculo em termos monetários que se torna operacional, porque as decisões dos empresários que controlam os investimentos e a distribuição da renda são influenciadas pelos preços e não pelos valores. E acrescenta: "O conceito de valor certamente ajudou Marx a chegar a sua interpretação da história, da política e da economia; mas podemos utilizá-lo sem ficar perdidos no fio de seu raciocínio". ("La teoria del valore lavoro", em *Monthly Review*, ed. italiana, ano 11, n° 91, 1978, pp. 26-7.

⁵ A transformação do valor-trabalho em preços envolve duas etapas. A primeira é a transformação do valor-trabalho em preços de produção, o que é conhecido na literatura como "o problema da transformação". A segunda é a transformação de preços de mercado, que está fora do âmbito mais específico da teoria de valor de Marx. Na Parte I deste trabalho, onde a discussão valor/preço é relevante, nós estaremos, portanto, usando o conceito de preços de produção. Quando a mensuração das variáveis for necessária, nós estaremos, assim, usando os preços de mercado como variáveis *proxy* para os preços de produção.

Ao discutirmos a tendência declinante da taxa de lucro, trabalhamos com variáveis macroeconômicas. A renda é uma variável macroeconômica. Se a medíssemos em termos de valor, teríamos que medi-la em termos de horas trabalhadas. Quando houvesse um aumento da produtividade, isto significaria uma redução do número de horas trabalhadas para a produção de um dado volume físico de bens, dada a redução do valor dos bens produzidos mais produtivamente. O preço dos bens cairia correspondentemente. Em termos de valor, a produção Y seria sempre igual à quantidade de horas trabalhadas, ainda que estas horas trabalhadas tenham se modificado qualitativamente. O aumento da produção por trabalhador não poderia ser assim medido em termos macroeconômicos. Ora, é esta a variável fundamental para a análise do desenvolvimento de qualquer sistema econômico. Sem uma mensuração macroeconômica da produtividade, pouca coisa poderemos dizer a respeito da evolução do sistema.

Já em termos de preço essa mensuração da produtividade torna-se viável. A renda ou produto deixa de ser igual às horas trabalhadas. Ao aumentar a produtividade, cai o valor e caem os preços, mas mesmo assim a renda cresce em relação às horas trabalhadas devido ao simples fato de que, se em um número menor de horas se realiza a mesma produção, nas horas de trabalho agora liberadas se realiza a produção adicional, que aumentara Y sem aumentar o número de horas trabalhadas.

Além disso, parece-nos mais adequado utilizar as variáveis em termos de preço porque assim mediríamos as tendências dos salários em termos de poder aquisitivo e não em termos de horas trabalhadas para reproduzir a força de trabalho. Do ponto de vista social e político o que interessa é o salário do trabalhador em termos de poder de compra e do correspondente padrão de consumo. Haverá progresso para os trabalhadores na medida em que seus salários reais, deflacionados, aumentem, ou seja, na medida em que seus salários nominais forem capazes de comprar maior número de bens de melhor qualidade. Ora, para medir tal fato, o adequado é medir a taxa de salário em termos de preço e não em termos de valor. Se medirmos os salários em termos de valor, este aumentará quando, devido a rendimentos decrescentes, o número de horas necessárias para reprodução do trabalhador

aumentar; e diminuirá quando o inverso ocorrer. O primeiro caso é o pressuposto no modelo de Ricardo. O segundo, o que de fato ocorreu, devido ao progresso técnico que superou os rendimentos decrescentes. Mas em ambos os casos o pressuposto geral é de que o salário permanece igual ao custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, que seu poder aquisitivo permanece constante. Ora, desenvolver esta análise em termos de valor, admitindo-se ao mesmo tempo o pressuposto mais realista de que os salários tendam a incorporar uma capacidade de compra crescente, seria muito complicado. Dado o aumento da produtividade, que baixa o custo de reprodução da mão-de-obra, deveríamos dizer que o salário caiu em termos de valor. Mas como aquele aumento de produtividade foi transferido para os trabalhadores, seríamos obrigados a admitir em seguida que o poder aquisitivo dos trabalhadores não caiu mas cresceu embora o salário houvesse caído em termos de valor. Obviamente é mais simples operarmos em termos de preço e dizermos simplesmente que o salário aumentou já que aumentou o poder aquisitivo do trabalhador. Poderíamos ainda adicionar que em termos de valor, ou seja, em termos de horas trabalhadas para produzir a cesta de mercadorias que o novo salário pode comprar, que o salário aumentou menos do que proporcionalmente (e pode mesmo ter permanecido estacionário ou diminuído). Mas isto representaria novamente complicar a análise sem nenhuma vantagem para o entendimento do exemplo que estamos utilizando. Como no caso da renda, o salário, em termos de valor, é igual a número de horas trabalhadas. Este dado é importante para compreendermos o funcionamento do sistema capitalista, mas não nos ajuda a entender e a medir os aumentos reais da produtividade e da taxa de salários. Medir os salários e a produtividade em termos de preço real é mais simples e mais prático, se desejamos saber se os salários ou a produtividade estão aumentando e quanto.

Essa ressalva metodológica deve ser feita, porque existe muita confusão a respeito. Imaginam alguns que a única maneira de pensar economicamente, em termos de Marx, é em termos de valor. Ora, creio já ter ficado claro que isto não faz nenhum sentido. Marx tanto trabalhava em termos de valor quanto em termos de preço. O que violenta o pensamento marxista é pretender que os preços sejam determina-

dos em última instância não pelo valor-trabalho, mas pela utilidade marginal do bem. Este tipo de teoria é própria dos neoclássicos. Mas isto não significa, em absoluto, que os neoclássicos tenham a exclusividade dos preços, enquanto que os marxistas devam trabalhar apenas com o valor-trabalho. O preço é uma variável fundamental no modo capitalista de produção, não sendo privilégio de ninguém o seu uso no processo de análise econômica.